

REFLEXÕES SOBRE O PERFIL DO GESTOR DE POLÍTICAS SOCIAIS DE LAZER E ESPORTES*

REFLEXIONS OF SPORTS AND LEISURE SOCIAL POLITICS MANAGER PROFILE

Wilson Luiz Lino de Sousa

Mestre em Educação Física pela UNICAMP; professor do curso de Educação Física e membro do Observatório de Políticas Sociais da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES.

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre o perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esportes. Para tanto, valeu-se da técnica metodológica centrada na análise comparativa de textos, orientando-se pela abordagem crítica temática. Identificou-se a necessidade do gestor dominar um conjunto de recursos, conceptuais e materiais, para a formulação e a implementação das referidas políticas. Notou-se, ainda, que a ênfase nas técnicas e a despolitização predominam nas ações de grande parte destes profissionais. Porém, identificou-se tendência para a alteração desse quadro. Apurou-se produção que valoriza a dimensão política e apresenta recursos conceptuais relacionados a outro projeto histórico.

Palavras-chave: neoliberalismo, políticas sociais, gestão, lazer e esporte.

ABSTRACT

The purpose of this study is to present some reflections about the profile of leisure and sports social politics manager. For that, it was used the methodological technique centered on texts comparative analysis, being guided by the thematic critic approach. It was identified the need of a basic background knowledge by the manager on material and conceptual needs to elaborate and improve social politics. It was also observed that the emphasis on techniques and depolitization are predominant on actions of the mayor professionals. However, it was identified a trend to change this scenario. It was set up the scientific knowledge that emphasizes the political dimension and presents conceptual resources selected to other historical project.

Keywords: neoliberalism, social politics, management, leisure and sports.

* Este trabalho foi apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e Iº Congresso Internacional de Ciências do Esporte, realizados em Porto Alegre, em setembro de 2005.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre o perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esportes. Vale ressaltar que este estudo é parte de uma pesquisa de qualificação docente, que conta com apoio financeiro da IMES – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, iniciada em fevereiro de 2005, que está em sua fase exploratória e por meio da qual pretende-se mapear e analisar as políticas de formação e qualificação de quadros para desenvolvimento das políticas sociais de lazer e esportes dos municípios da Região do ABC.

Para a consecução dos objetivos propostos neste trabalho, realizou-se uma pesquisa, de cunho bibliográfico, que abordou os seguintes temas: políticas sociais (públicas), educação, lazer e esportes, administração e gestão. Após leitura e documentação, realizou-se uma análise interpretativa (Severino, 2000, p. 56-58)⁽¹⁾. Julga-se necessário, ainda que brevemente, a apresentação de algumas características do quadro conjuntural, e que aqui não se refere apenas a lapsos temporais de curta duração, no qual registram-se significativas transformações societárias que afetam, profundamente, todo o tecido social. Esta apresentação se faz importante por dois motivos: o primeiro, refere-se ao fato de que tais transformações, segundo Netto (1996, p. 87), “incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento, suas funcionalidades etc.”; e o segundo, deve-se ao fato de que é a partir deste quadro que se dá a formulação das políticas sociais. Sendo assim, a compreensão da relação entre as políticas sociais e econômicas, à luz da “ideologia neoliberal”, apresenta-se como mediação necessária tanto para a compreensão da formulação e implementação das políticas sociais quanto para o estabelecimento do perfil do seu quadro gestor.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE AS ALTERAÇÕES PROFISSIONAIS

As transformações sociais ocorridas no capitalismo recente no Brasil, e no mundo, promoveram significativas alterações em todo o tecido social. Associadas a “receituário neoliberal”, e sua pragmática, desencadearam uma enorme onda de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho.⁽²⁾ Essas transformações sociais e a reconfiguração das necessidades sociais dadas e criadas responsáveis, portanto, pelas metamorfoses da produção e da reprodução da sociedade, por atingirem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, promovem modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimentos, modalidades de formação e de práticas, sistemas institucional-organizacionais etc.). A consideração dessas reflexões sobre as alterações dos quadros profissionais não apresenta nada de enigmático, segundo Netto (1996).⁽³⁾

Portanto, para analisar as alterações profissionais torna-se necessário a consideração “da intrincada interação que se processa entre as transformações societárias, seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão” (Netto, 1996, p. 89).

As transformações ocorridas, fundamentalmente no final do século passado e no início deste novo milênio, são responsáveis por uma forte regressão dos direitos dos trabalhadores e uma significativa depreciação de suas conquistas, em prol de uma determinada compreensão de democracia, aquela na qual a liberdade resume-se aos domínios do mercado.

“O capital mistificado enquanto relação social alienada, e monopolizadora do fruto do trabalho humano coletivo, torna nebulosa a percepção entre o processo produtivo e

o processo de acumulação. Apoando-se na ideologia neoliberal, investe contra as formas de organização dos trabalhadores, seja os sindicatos seja o Estado, gerando a instabilidade necessária à inculcação de suas prerrogativas: o crescimento econômico, desvinculado de suas consequências: a desigualdade e com ela um contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais” (Iamamoto, 2004, p. 1).⁽⁴⁾

Identifica-se que uma das principais características da “ideologia neoliberal” é a imposição da reestruturação política e ideológica, de caráter conservador, e em âmbito global. Segundo Iamamoto (*op.cit.*, p.1), o capital teria criado as condições históricas necessárias para a generalização de sua lógica de mercantilização universal, ao submeter aos seus domínios, e objetivos de acumulação, o conjunto das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Para a autora, o caráter conservador da “política neoliberal” se tornaria manifesto na naturalização da organização capitalista e das desigualdades sociais, a ela inerente, e apontadas como inevitáveis; outro aspecto importante a ser considerado diz respeito à negação da importância dos sujeitos sociais coletivos, e de suas lutas, na construção da história. Outra faceta do “projeto neoliberal”, apontado por Iamamoto (2004), refere-se ao retrocesso, histórico, condensado no desmonte dos chamados direitos sociais, resultantes de embates das classes trabalhadoras e tidos como direitos universais de cidadania, tendo no Estado uma mediação fundamental. Na lógica do projeto em curso, esses direitos são entendidos como problemas, como dificuldades, ou melhor, como causa das dificuldades econômicas do Estado, sendo a raiz de sua crise fiscal.

Para Anderson⁽⁵⁾ (1995, p. 10), seria com a chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, que a “ideologia neoliberal” ganharia força e com veemência afirmaria ser o poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do

movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais [Grifo meu].

Anderson (1995), também identifica como características da “ideologia neoliberal” o Estado intervindo minimamente no mercado, com poucos investimentos na área social, mas forte o suficiente para minimizar o poder dos sindicatos. A “estabilidade monetária” utilizada como premissa do controle inflacionário e meta suprema de qualquer “governo responsável”. Para tanto, a “disciplina orçamentária”, e as “reformas fiscais” seriam imprescindíveis para incentivar os agentes econômicos. Os objetivos primordiais de tais reformas seriam reduções de impostos sobre rendimentos mais altos e sobre renda. Desta forma “uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas”... (Anderson, 1995, p. 11) [Grifo meu].

A hegemonia desta ideologia não se deu do dia para noite e, segundo Anderson (*op.cit.*, p. 11), levou aproximados 30 anos, se considerarmos a publicação dos escritos de Hayek,⁽⁵⁾ 20, se considerarmos as metamorfoses do mundo do trabalho, culturais e sociais, registradas por Netto (1996), e, mais ou menos, dez anos, se considerarmos o colapso de 1973, já citado anteriormente. De qualquer maneira, é fato notório a influência desta ideologia nas relações internacionais mediadas pelo processo reconhecido como “globalização” e nas formulações das políticas sociais contemporâneas, especialmente nos países periféricos, como é o caso do Brasil.

Netto (1996) também registrou um conjunto de transformações que acabariam por influir nas formas de organização da sociedade. Para ele, estas marcaram profundamente as décadas de 1970 e 1980 e, amparado por Mandel (1990), afirma que após quase 30 anos de longas “ondas expansivas”, em conjunto com o pacto de classe expresso no Welfare State, que marcou as relações sociopolíticas, econômicas, culturais etc., emergiria um

outro padrão de crescimento, operando por meio de “ondas longas recessivas”, (Mandel, *apud* Netto, 1996, p. 90), com a característica de “tornar exponenciais as contradições imanentes do capitalismo, especialmente aquelas postas pela tendência à queda da taxa média de lucro e pela superacumulação”.

Concordando com Ernest Mandel (1990), Netto (1996), identifica esta fase tardia do capitalismo como aquela em que o capital monopolista contemporâneo recorre a outro regime de acumulação, “flexível”, que, consequentemente, implicaria num correspondente modo de regulação.

Tal movimento, da rigidez à flexibilidade, segundo Netto (1996, p. 91), dinamiza e engendra, mas não perde de vista, a sua concreta inscrição histórica: elas são compreendidas no interior do campo das inflexões do movimento do capital, portadoras do complexo de suas contradições, possibilidades e limites.

É neste quadro que os efeitos da globalização econômica vinculam-se, não por acaso, à “financeirização” do capitalismo. Esta promoveria, ainda, a agudização do padrão de competitividade intermonopolista e redesenhariaria o mapa político-econômico do mundo. Outra alteração de ordem estrutural refere-se ao imenso avanço tecnológico. Sem precedentes, este também é responsável por promover, por meio dos avanços técnicos científicos, significativas mudanças no processo produtivo. A eletromecânica foi substituída pela eletrônica, e os grandes investimentos na informatização do processo de automação, associados às alterações nos mecanismos de controle e organização do trabalho, são marcas que exigem atenção de qualquer analista.

Essa dinâmica altera significativamente a estrutura do mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação, seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham. A exigência crescente de trabalhadores superqualificados e/ou polivalentes, bem como as capacidades de decisão requeridas pelas tecnologias emergentes são marcas visíveis deste período. (Netto, 1996, p. 92).

Sendo assim, as transformações, de ordem político-ideológicas, relacionadas ao exaurimento do regime de acumulação rígido, mais as implicações da chamada “revolução tecnológica”, estão, segundo Netto (1996, p. 94), “subvertendo o *mundo do trabalho*”, por um lado, e por outro, aplica à dinâmica cultural do capitalismo tardio, que se vem “flexibilizando” e está parametrada por dois vetores:

“A translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (produção, divulgação, consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a TV, o vídeo, a chamada multimídia), sendo que estas incorporam as características típicas da mercadoria: sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediaticidade reificante” (Netto, 1996, p. 94).

É a partir dessas constatações que se julga possível compreender o movimento da formulação e implementação das políticas sociais, bem como identificar o perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esporte.

POLÍTICAS SOCIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS

A conjuntura, anteriormente apresentada, marcada por influxos democráticos e a ampliação das desigualdades, evidencia a necessidade de uma nova forma de fazer política. Faz-se necessário um movimento que impregne a formação e o trabalho dos gestores de políticas sociais e de todos aqueles que “vivem-do-trabalho”. A meta deve ser ampliar as relações entre “Estado” e a “Sociedade civil”, procurando reduzir o fosso existente entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Esse movimento requer que o poder público, o Estado, ao formular as suas políticas sociais, considera-as em sua *totalidade*, e sendo assim, *indissociável* da política econômica. Deve-se, portanto, seguir as pistas deixadas por Vieira⁽⁶⁾ (1992, p. 20), que demonstram que não devemos analisar a política social sem remetermo-

nos à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, “à transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrentes de processo de acumulação particular do capital” [Grifo meu]. Afirma o autor:

“Constituindo uma unidade, tanto a política econômica quanto a política social podem expressar mudanças nas relações entre as classes sociais ou nas relações entre distintos grupos sociais existentes no interior de uma só classe” (Vieira, 1992, p. 20).

Mais uma ressalva: as Políticas Sociais, aqui compreendidas como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, devem ser formuladas e implementadas visando atender aos Direitos Sociais. Segundo Vieira (1992, p. 22), não tem havido, pois, políticas sociais desligadas dos reclamos populares. Para o autor, em geral:

“O Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam, antes de mais nada, a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente do momento. Adotar bandeiras pertencentes à classe operária, mesmo quando isto configure melhoria das condições humanas, patenteia também a necessidade de manter a dominação política” (Vieira, 1992, p. 22) [Grifo meu].

Esse movimento requer, portanto, uma concepção de cidadania e de democracia para além dos marcos liberais. A cidadania deve ser entendida como capacidade de todos os indivíduos, democraticamente, apropriarem-se dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as suas potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. “Nessa concepção abrangente, a democracia inclui a socialização da economia, da política e da cultura na dire-

ção da emancipação humana” (Coutinho, *apud* Iamamoto 2004, p. 5).

A atual conjuntura exige, com urgência, um tempo de “política dos cidadãos”, como qualifica Nogueira:

“Concentrada no bem comum, no aproveitamento civilizado do conflito e da diferença, na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação, na defesa da crítica e da participação, da transparência e da integridade, numa operação que se volta para uma aposta na inesgotável capacidade criativa dos homens” (apud Iamamoto, 2004, p. 5).

...“Identifica-se que esse é o espaço que possibilita a histórica luta por direitos, que se observa ser fundamental em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias. Sabemos que um projeto democrático se constrói no jogo de poderes e contrapoderes, na receptividade às diferenças, na transparência das decisões, com publicização e controle constante dos atos de poder e na afirmação da soberania popular. Dele somos parte, sem abrir mão da crítica e do controle social do Estado. Este é terreno em que um projeto ético-político profissional comprometido com a universalização dos direitos pode enraizar-se e expandir-se” (Iamamoto 2004, p. 6).

O GESTOR DE POLÍTICAS SOCIAIS DE LAZER E ESPORTES: COMPETÊNCIA TÉCNICA E COMPROMISSO POLÍTICO

Refletir sobre o perfil do gestor de políticas sociais de esportes e lazer exige, conforme o já exposto, a consideração da conjuntura em que se dá a formulação e implementação dessas políticas, bem como a sua formação e a sua qualificação.

Identificou-se que a busca dos referenciais na área de Administração de Empresas é recorrente entre os autores que abordam a temática. É no diálogo com autores dessa área de estudos que Azevedo e Barros, ⁽⁷⁾ 2004, e Zouain e

Pimenta, ⁽⁸⁾ 2005, entre outros, procuram identificar tanto o perfil do gestor, quanto às competências para a sua atuação profissional.

A partir da identificação de alterações no modo de produção Zoain e Pimenta (2005), reconhecem a necessidade das organizações responsáveis pela promoção das práticas de atividades físicas pleitearem a formação de um profissional que esteja apto a responder aos objetivos e metas dessas organizações. Os autores realizaram extensa pesquisa procurando identificar as competências adequadas ao exercício desta profissão, porém restringiram seus estudos às empresas cuja formação está em total sintonia com o modo de produção capitalista. Ou seja, as empresas consideradas têm por objetivo final a realização do lucro. Para tanto, torna-se necessário a mercantilização das manifestações culturais esportivas, gímnasticas, rítmicas, entre outras. Tal processo pode promover a descaracterização destas atividades, ou seja, desistoricizá-las e despolitizá-las, consequentemente.

Ao observar o crescimento dos setores de entretenimento, esporte e lazer e sua influência na economia mundial é que os diversos autores abordados por Zoain e Pimenta (2005) vão elaborar seus pressupostos teóricos e seus comentários sobre a formação profissional do gestor.

Os autores, com os quais estamos dialogando, identificaram que as responsabilidades dos gestores podem ser divididas em quatro *clusters*, a saber: 1) Atividades de gerência geral; 2) Gerência organizacional; 3) Gestão de informações; 4) Ciências dos esportes e exercícios. Para eles, "estas atividades devem ser interligadas e praticamente independentes" (Zouain e Pimenta, 2005, p. 9).

Com relação às competências Zoain e Pimenta (2005, p. 21), listaram: 1) Conhecimentos de esportes; 2) Planejamento estratégico; 3) Processo decisório; 4) Lidar com reclamações; 5) Trabalhar com a motivação dos funcionários; 6) Captação de recursos.

Concluem os autores que as "competências requeridas do gestor esportivo derivam de duas grandes disciplinas: Administração e Comunicação". Afirmando, ainda, que estes de-

vem ser capazes de construir um modelo organizacional que atenda às características culturais dos grupos a serem atendidos e observem as "modernas técnicas gerenciais e os melhores modelos existentes no mundo" (Zouain e Pimenta, 2005, p. 27).

É explicita a vinculação do perfil elaborado com a "criticada" mercantilização das manifestações culturais esportivas. Não obstante, o estudo aponta aspectos importantes e que devem ser considerados, quais sejam: a influência dos conceitos de gestão e teorias da administração na formação do gestor, a necessidade de sua formação continuada e sua vinculação à realização da missão da empresa (reafirmam aqui a busca do lucro como prioridade). Nota-se também a completa despolitização da ação do profissional ao reduzir sua ação aos ditames do "mercado".

Ao observar-se a predominância destas características nos trabalhos levantados, resolveu-se problematizar o conceito de administração. O objetivo foi avaliar se é possível a utilização deste conceito para além das características utilizadas para o fortalecimento da "Empresa Capitalista", por entender-se que um aspecto relevante da gestão de políticas sociais relacionava-se à não realização do lucro. Sendo assim, o conceito de administração deveria possibilitar a reflexão sobre os processos de formulação, implementação e controle sem remeter-se aos preceitos hegemônicos na referida área.

Portanto, opta-se por entender-se a administração como sendo a utilização racional de recursos, de forma econômica, para a realização de fins determinados. Podemos inferir que tal atividade não é apenas exclusiva, mas necessária à vida do homem. Exclusiva porque é característica eminentemente humana estabelecer livremente objetivos a serem cumpridos. E necessária porque a realidade social construída pelo homem demonstra uma complexidade que, para que ele responda aos problemas por ela postos é necessário uma atuação que seja coordenada (Paro, 2003).⁽⁹⁾

Faz-se necessário, ainda, compreender que é no decorrer de milhares de anos de desenvolvimento histórico que, em decorrência da própria

atividade humana, vai se produzindo condições culturais, econômicas, políticas e sociais que possibilitam ao homem discernir a maneira racional com que ele vem empregando os elementos materiais e conceptuais e o esforço humano coletivo na realização de objetivos. Sendo assim, pode-se inferir que as ações administrativas referem-se à utilização racional de recursos para se atingir determinados fins, utilizando-se dos elementos materiais e conceptuais, empregados de modo econômico e com a devida adequação aos fins de todo o esforço humano despendido no processo (Paro, 2003).

Quando dizemos que seu emprego deve se dar de forma econômica, referimo-nos ao alcance de seus objetivos no menor tempo possível e com o dispêndio mínimo de recursos. E estes devem ser entendidos como sendo ordens materiais e conceptuais que o homem coloca entre si e a natureza para dominá-la em seu proveito; quanto aos esforços despendidos pelos homens, estes precisam ser coordenados com vistas a um propósito comum.

A referência aos recursos materiais, se dá conforme as orientações marxianas (*apud* Paro, 2003), procurando identificar as condições objetivas necessárias à realização do processo de trabalho, que em sentido lato refere-se a: 1) Os elementos/matérias que participam diretamente (ferramentas, instrumentos, máquinas etc.); 2) Os meios que participam indiretamente (estradas, edifícios etc.), sem os quais este processo estaria total ou parcialmente comprometido (Cf. Paro, 2003, p. 20-21). Ainda sobre recursos, cabe um alerta: consideram-se recursos naturais e recursos materiais (recursos físicos, materiais, econômicos etc.), dotados de mesmo sentido, ao considerarem-se suas características ontológicas, porém, ao referir-se ao homem, (recursos humanos), trata-se de identificar os recursos do homem, necessários à consecução de um determinado fim, e não a sua “coisificação”, como um meio. Importante ressaltar que, nesta forma de se compreender a gestão, o homem não é tratado, portanto, como um recurso e sim como sujeito no processo que busca a realização de objetivos.

Por Recursos Conceptuais consideram-se os conhecimentos e técnicas que foram acumulados pelo homem ao longo da história, e aqui poderíamos apontar alguns, que se julga adequados ao perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esportes:

- 1) A compreensão do processo de trabalho, tendo-o como um princípio educativo, no qual o nível de consciência do sujeito sobre sua atuação na sociedade se amplia;
- 2) Compreensão, e engajamento, ao projeto histórico almejado (comprometimento com o processo de emancipação do homem);
- 3) Identificação, e compreensão, das características próprias da formulação e implementação das políticas sociais, compreendê-la em sua totalidade, ou seja, a indissociabilidade entre política econômica e política social;
- 4) Ter acesso (e compreensão) aos instrumentos jurídicos administrativos necessários e existentes, para a implementação da referida política;
- 5) A compreensão do conceito de Administração: em geral e específico ao momento histórico vigente;
- 6) Garantir no processo de trabalho a superação de entraves oriundos do modo histórico, atual e hegemônico, substituindo a dominação pela cooperação; garantindo um espaço de participação de todos os membros envolvidos na formulação e implementação das políticas sociais, ou seja, valorizar as práxis criadora e reiterativa, de caráter reflexivo e revolucionário, que é o mesmo que dizer, articular a produção teórica e a prática social para a “construção de uma nova sociedade”;
- 7) Ter claro as concepções de esporte e lazer coerentes ao projeto e às políticas que se pretendem implementar, procurando torná-las hegemônicas (tempo e espaço em que é possível o acesso a um conjunto de atividades que permitam o desenvolvimento do humano no homem, ou seja, acesso aos bens produzidos pela humanidade e que possibilitam ao homem sua adequação ao gênero humano);
- 8) Garantir o espaço para a constante (e necessária) capacitação dos quadros de funcio-

nários, que atuam com esporte e lazer. Tal capacitação visaria, então, o desenvolvimento da competência técnica, aqui entendida como: a) O domínio adequado do “saber” a ser transmitido, juntamente com a habilidade de organizar e transmitir esse “saber”, garantindo, ainda, que ele seja de fato apropriado pelos sujeitos a quem se dirige à ação; b) A compreensão das múltiplas relações entre os vários aspectos da organização do Estado, desde o plano de governo em realização, à sua organização em Secretarias, à estrutura e o funcionamento de sua secretaria, à organização e à execução de seus objetivos, ou seja, à materialização das Políticas, por meio das ações realizadas; c) A compreensão do preparo técnico que recebeu e sua atualização, a organização do poder público e os resultados de sua ação; d) E finalmente, uma ampla compreensão das relações entre o serviço público e a sociedade, que passa, necessariamente pela questão de suas condições de trabalho e remuneração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício aqui empreendido foi o de identificar “recursos conceptuais” adequados ao perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esportes. O atual quadro social brasileiro demonstra a necessidade da formulação e implementação de políticas sociais que estejam vinculadas a um projeto histórico de superação das desigualdades sociais e comprometido com

a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual encontra-se submetida grande parcela da população.

Os “recursos conceptuais” apresentados, como adequados e necessários ao perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esportes, supõem a ação deste profissional como “uma atividade humana orientada a um fim”, (Marx, 1983, p.150, v. I, t. I), um processo pelo qual o homem se apropria da natureza, submete-a à sua vontade, para produzir sua vida material. Sendo assim, ao dar forma útil aos recursos naturais, ele coloca frente à natureza suas próprias forças naturais. Nesse processo, não transforma apenas a natureza externa, mas também a sua própria natureza. Esta relação entre o homem e a natureza se dá a partir da mediação entre o homem e a matéria a que ele aplica o trabalho, ou seja, o objeto do trabalho e os meios de trabalho.

Compreende-se que tais recursos possibilitem a formulação, a implementação e o acompanhamento de projetos, programas de lazer e esportes, ou seja, as estratégias por meio das quais se efetiva as políticas sociais, o “trabalho” do gestor. Seria concreta a possibilidade de uma ação orientada a um fim comprometido com a mudança anteriormente identificada e permitindo ao gestor produzir e ser produzido por meio de sua atividade profissional.

INTRODUÇÃO

Contextualizando o problema

Anualmente, nascem em todo o mundo 20

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Severino, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN 85-249-0050-4.
- 2 - Antunes, Ricardo. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. *Revista Idéias*, Campina, 9 (2)/ 10 (1), p.13-24, 2002-2003.
- 5 - Anderson, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E. e Gentili, P.(Orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Segundo Anderson (op. cit., p9), Friedrich Hayek teria publicado O Caminho da Servidão em 1994.
- 7 - Azevedo, Paulo Henrique; Barros, Jônatas de França. A necessidade de administração profissional do esporte brasileiro e o perfil do gestor público em nível federal, que atuou de 1995 a 2002. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/ Revista Digital - Buenos Aires - Año 10 - n. 74 - Julio de 2004> ; Acesso em: 3 de fevereiro de 2005.
- 10 - Behring, Elaine Rossetti. Políticas sociais no ca-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

pitalismo tardio. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002. ISBN 85-249-0686-3.

4 - Iamamoto, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. trajetória e desafios. Disponível em <<http://www.ts.ucr.ac.cr/slets18-vi.htm>>; Acesso em :3 de fevereiro de 2005.

3 - Netto, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da Nossa Época, v. 20, ISBN 85-249-0498-4.

9 - Paro, Vitor. Administração escolar: introdução crítica. 12ed. São Paulo: Cortez, 2003. ISBN 85-249-0061-X.

1 - Severino, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN 85-249-0050-4.

6 - Viera, Evaldo Amaro. Democracia e política social. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 49). ISBN 85-249-0458-5.

Correspondência para:

Wilson Luiz Lino de Sousa – R. Aimberê, 873. Bairro Curuçá – Santo André - SP – Cep.: 09192-211
E-mail – Wilson_lino@uol.com.br